



PS e PSD apressam novos juizes e tentam travar chumbo ao OE

Tribunal Constitucional vai ter três novos juizes até Abril. Fiscalização do Orçamento alinha Bloco Central

Manuel Agostinho Magalhães

CARLOS Zorrinho, líder parlamentar do PS, e Luís Montenegro, homólogo no PSD, coincidem nas datas: até ao início de Abril querem ter resolvida a lista dos três novos juizes do Tribunal Constitucional, incluindo o nome do novo presidente que cessa funções a 1 de Abril.

As duas lideranças têm uma preocupação comum: é que a actual composição do TC, maioritariamente de esquerda, dá menos garantias às pretensões da maioria (PSD/CDS) em ver chumbado o pedido de fiscalização do Orçamento de Estado para 2012 – nos pontos relativos aos cortes de subsídios a pensionistas e funcionários públicos. Pedida pela esquerda, incluindo 17 deputados do PS, essa fiscalização tem oposição total de António José Seguro e Zorrinho. Mas as três novas nomeações baixam substancialmente os riscos de inconstitucionalidade.

Para a direcção do PS – segundo a explicação que Zorrinho deu aos próprios deputados contestatários – um chumbo daquelas alíneas do OE colocaria um problema grave ao partido: criava um buraco orçamental que levaria a *troika* a colocar Portugal entre a espada e a parede. Leia-se, entre uma mudança da Constituição e a suspensão da

ajuda externa. E abrir uma revisão constitucional que pusesse em xeque áreas como a Saúde e Educação públicas é uma linha vermelha inegociável para o PS.

No PSD, o líder parlamentar, Luís Montenegro, afirmou ao *SOL* que ainda não há conversações com os socialistas sobre esta matéria. Quanto ao facto de a relação de forças no Tribunal Constitucional ser, neste momento, desfavorável à direita – numa altura em que está no Palácio Ratton o pedido de fiscalização do Orçamento – o dirigente social-democrata diz estar «**consciente**» disso.

Muito embora a escolha dos juizes

do TC se decida entre os dois maiores partidos (dada a exigência de aprovação dos nomes por uma maioria de dois terços) o PSD prepara-se para chamar o parceiro de coligação a participar da escolha.

A abertura do ano judicial deu um sinal de alerta sobre a urgência da escolha dos novos juizes. Noronha do Nascimento fez uma crítica implícita aos cortes no Orçamento do Estado. «**Falar na inexistência de direitos adquiridos (...) num país de rendimentos tão desiguais, pode ser a abertura da caixa de Pandora**», salientou o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça na terça-feira.

Críticas de Belém a socialistas

SUZANA Toscano, assessora de Cavaco Silva, critica o grupo de deputados socialistas que pediram a fiscalização do Orçamento do Estado para 2012. A título pessoal, diz que foi com «perplexidade» que viu a iniciativa dos 17 deputados do PS. Num post publicado no blogue Quarta República, começa por descartar, em tom satírico, as razões que poderiam estar na base do pedido. Protesto contra a austeridade não é, pois os autores «não gritaram contra o pedido de resgate, nem arrepelaram os cabelos perante a assinatura com a *troika*». Também não será por «terem alternativas realistas às eventuais inconstitucionalidades», pois não as apresentam. A ex-secretária de Estado da Administração Pública conclui que, tratando-se de «deputados que também são docentes universitários e constitucionalistas», avançaram para o TC face à «dificuldade em conciliar a arte do possível com a pureza da ciência». «O dilema do país segue dentro de momentos», remata. M.A.M.



Zorrinho e Seguro: travão no OE teria implicações dramáticas para o PS

TIAGO PETINGA/LUSA

Leia-se, os cortes nos subsídios são de duvidosa constitucionalidade.

Quem é o novo presidente

No grupo de 17 socialistas que enviaram para o Tribunal Constitucional o pedido de fiscalização do Orçamento do Estado garante-se que o processo de escolha dos novos três juizes estará sobre rigoroso escrutínio. Objectivo: evitar que as nomeações sirvam para condicionar o resultado. «**A forma da escolha, o tempo em que é feita e os nomes indicados são elementos que permitem perceber muita coisa neste movimento de substituição**», diz ao *SOL* um deputado socialista deste grupo. A escolha do Presidente é outra preocupação.

Rui Moura Ramos, o presidente que vai cessar funções em Abril foi uma escolha do PSD. Segundo o costume parlamentar, cabe ao PS indicar quem preside ao TC nos próximos quatro anos e meio. O

nome, negociado com o PSD, será depois sujeito à votação dos magistrados. Pode haver uma surpresa. «**Os magistrados estão cada vez mais desconfortáveis com a regra da indicação partidária. São eles que votam. Pode sempre haver uma surpresa**», alerta ao *SOL* um constitucionalista.

Pelo critério político e também pelo percurso jurídico Joaquim Sousa Ribeiro é um dos nomes fortes para a presidência. Docente na Universidade de Coimbra, é juiz do TC desde 2007. O Tribunal poderá porém ter uma mulher na cadeira de presidente, pela primeira vez. Ana Martins, entrou em 2007 pela mão do PS, como Sousa Ribeiro, e também tem currículo académico à altura.

Actualmente o TC funciona apenas com 12 juizes: Borges Soeiro (uma escolha do PSD) renunciou no final do ano. Na calha para sair estão Carlos Pamplona Oliveira (indicado pelo PSD) e Gil Galvão (PS).

*com S.F. e D.D.